

Cerquillo/SP, 31 de outubro de 2023.

Ao

Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Ref.- Execução das políticas públicas do ensino (i-Educ/IEG-M - 2022)

Atento ao expediente supra, informo o seguinte:

Com relação a falta de atendimento de todas as crianças de 0 a 3 anos de idade que solicitaram vagas em creches, informo que visando aumentar o número de vagas, foi inaugurada a EMEII Profª Clélia Maria Antunes Gaiotto, para ampliar o atendimento. A previsão é que todos os alunos da lista de espera sejam atendidos até o final de novembro do corrente ano.

No que diz respeito aos alunos de creche e anos finais do ensino fundamental com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, informamos que há sim o Atendimento Pedagógico Especializado. Esse atendimento inicia-se com a visita da orientadora pedagógica especialista em Educação Especial nas salas de aulas onde esses alunos estão matriculados para identificar suas reais necessidades. Após a visita, são dadas orientações a docente de como este deve desenvolver as atividades com esses alunos. Também são oferecidas formações específicas para os docentes, bem como o encaminhamento de atividades específicas (adaptadas e diferenciadas) para auxiliar o docente. O trabalho desenvolvido com o aluno é acompanhado pela orientadora pedagógica, supervisora de ensino e pela neuropsicóloga da Secretaria de Educação.

Quanto ao arguido fato de que nem todas as escolas estavam adaptadas para receber crianças com deficiência, informamos que um levantamento das adequações necessárias e possíveis está sendo realizado e serão encaminhadas ao departamento responsável para levantamento de custos.

Sobre o apontamento de que nem todos os professores de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental possuem a formação específica em nível superior, informo que o artigo 62 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, admite como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal, sendo assim, cumprimos a legislação vigente. Embora o município ofereça salário maior ao docente que conclui uma graduação em licenciatura como forma de incentivo, não há meio de obrigá-lo a matricular-se no ensino superior.

No que tange ao questionamento de que a Prefeitura Municipal de Cerquillo possuía mais de 10 % do quadro de professores como temporários, cabe elucidar que, mesmo tendo um concurso público vigente, para fins de preenchimento de todos os cargos para a função de professor da rede pública municipal, homologado pela Portaria nº 7.311 de 05 de dezembro de 2019, fez-se necessária a contratação de temporários para suprir os cargos vagos e os afastamentos de outros professores (de acordo com o Artigo 37, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Lei nº 8.745/93), tais como substituição de titulares de cargo afastados para exercer as funções de Professor Coordenador, Vice-Diretores de Escola, Diretores de Escola, Orientadores Pedagógicos e Supervisores de Ensino; substituição de titulares de cargo em férias ou afastados em licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença gestante, licença para tratamento de doença profissional ou em decorrência de acidente de trabalho, licença compulsória, licença prêmio e licença para tratar de interesses particulares. Cabe ressaltar que houve muita desistência de vagas dos candidatos aprovados e nomeados e, até que essas vagas sejam preenchidas, é necessário contratar um docente para ministrara as aulas. Ademais, desde a homologação do concurso público, 113 docentes já tomaram posse do cargo.

Com relação ao fato de menos de 50% dos estabelecimentos de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental possuírem turmas em tempo integral, esclareço que não há espaço físico suficiente nas Unidades Escolares para tal, além de levantamento de impacto financeiro para custear as atividades

complementares no contraturno. Para atendimento da demanda de alunos existente, torna-se necessária a divisão do número de alunos em períodos da manhã e da tarde, impossibilitando o atendimento em período integral até o momento. Consequentemente, o fato de que menos de 25% dos alunos de pré-escola e anos iniciais e finais do ensino fundamental concluírem o ano letivo em tempo integral se dá em razão de não termos turmas nessas etapas em período integral.

No caso da Prefeitura possuir, em média, mais de dez alunos por computador para as turmas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, informo que estamos realizando um estudo para implantação do ensino computacional e verificando o impacto financeiro da contratação de empresa que forneça os computadores necessários.

O fato de que nem todas as escolas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental possuem laboratórios de informática se deve ao fato de que os computadores que tínhamos estavam obsoletos. Diante disso, o município fez adesão ao Programa Federal Escola Conectada para receber recursos e assim fazer os investimentos necessários na área de tecnologia. Entretanto, o município aguarda o envio de recursos por parte do Governo Federal, considerando que as verbas recebidas até o momento não foram suficientes para aquisição de computadores, sendo possível apenas reestruturar a rede de internet.

A respeito da frota escolar com mais de 10 anos, salientamos que, a idade da frota é apenas recomendada pelo FNDE, pois não há legislação específica que determine a idade mínima para utilização de veículos no transporte escolar. Informo que não temos veículos próprios abaixo da idade recomendada sendo utilizados no transporte escolar atualmente. Entretanto, a frota terceirizada possui veículos com mais de dez anos, pois há um contrato vigente estabelecendo que a idade considerada para o fornecimento dos veículos não pode ser superior a 15 (quinze) anos de fabricação.

Sobre ao fato alegado que nem todos os veículos da frota escolar estão em boas condições de uso esclareço que as providências para sanar este apontamento estão sendo tomadas.

Com relação a CRLV do veículo inspecionado não corresponder ao exercício, tenho a declarar que, segundo o Detran, o licenciamento de veículos de transporte de passageiros deve ser feito a partir do mês de julho. O veículo mencionado tem placa final 1, e seu licenciamento deve ser feito até o final do mês de julho, mas não foi possível identificar, no relatório, o mês em que se realizou a fiscalização para que possamos determinar a falha apontada. Já quanto ao fato de bancos e pneus não estarem em boas condições, informo que as devidas providências foram tomadas.

No tocante a falta de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, comunico que as providências estão sendo tomadas, mas em razão do alto custo dos projetos, o processo segue um cronograma elaborado pelo departamento responsável e, aos poucos, os AVCBs estão sendo feitos. No momento, temos sete unidades escolares com o AVCB concluído e outras em fase de finalização de projeto e adequação.

Atenciosamente,


ANTONIO CARLOS ASSUNÇÃO MARTINS
Secretário Municipal de Educação e Cultura